



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

LEI COMPLEMENTAR N.º 1045

Dispõe sobre o reajuste salarial de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, fixa o piso salarial do Município de São Vicente, altera o valor da hora-aula dos Professores, bem como altera a Lei Complementar nº 268, de 28 de dezembro de 1999 e a Lei Complementar nº 806, de 26 de agosto de 2015, e dá outras providências.

KAYO AMADO, Prefeito do Município de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o reajuste salarial de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, fixa o piso salarial do Município de São Vicente, incorpora o abono-alimentação ao valor da hora-aula dos Professores, define a equiparação progressiva do valor da hora-aula dos Professores de Educação Básica I, Adjunto e Titular, ao dos Professores de Educação Básica II e dá outras providências.

Parágrafo único - O Executivo divulgará, mediante Decreto específico, os novos valores decorrentes das alterações previstas nesta Lei Complementar.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei Complementar, considera-se:

I - servidores públicos municipais: os servidores regidos pela Lei nº 1.780, de 06 de junho de 1978 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Vicente);

II - empregados públicos municipais: os Agentes Comunitários de Saúde, previstos na Lei Complementar nº 835, de 1º de abril de 2016, e os integrantes do Quadro Especial de que trata a Lei Complementar nº 934, de 10 de maio de 2019, e a Lei Complementar nº 949, de 31 de julho de 2019;

III - contratados temporários: os contratados por tempo determinado para atender excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar nº 1.021, de 05 de fevereiro de 2021.

CAPÍTULO I

DA REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 3º Em cumprimento ao disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, fica concedido, a partir de 1º de fevereiro de 2022, o reajuste salarial de 1,8% (um



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

LEI COMPLEMENTAR N.º 1045

vírgula oito por cento) sobre os padrões e referências de vencimento e a hora-aula dos servidores e empregados públicos municipais e contratados temporários.

§ 1º O reajuste definido no caput deste artigo aplica-se também aos Conselheiros Tutelares do Município e aos servidores da Caixa de Saúde e Pecúlio dos Servidores Municipais e do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPRESV.

§ 2º O reajuste de que trata o caput deste artigo se estende também aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente - IPRESV.

CAPÍTULO II

DO PISO SALARIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Art. 4º A partir de 1º de fevereiro de 2022, o menor vencimento bruto mensal dos servidores e empregados públicos municipais e dos contratados temporários não poderá ser inferior a R\$ 1.212,00 (mil e duzentos e doze reais) para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvado o previsto no artigo 5º desta Lei Complementar.

§ 1º Para fins da aplicação do disposto no caput deste artigo o padrão, no grau 1, dos cargos dos servidores e empregados públicos municipais que seja inferior ao piso salarial ora estabelecido será alterado para R\$ 1.212,00 (mil e duzentos e doze reais) no grau 1, sobre o qual será calculado a progressão horizontal, Adicional por Tempo de Serviço – ATS e a Gratificação da 6ª parte a que fizerem jus.

§ 2º Para as demais jornadas de trabalho deverá ser observado o valor proporcional ao mencionado no caput deste artigo.

§ 3º. Não se aplica aos servidores beneficiados pelo piso salarial instituído neste artigo o disposto no artigo 6º da Lei Complementar n.º 501, de 21 de abril de 2006. (Acrescido pela Lei Complementar nº 1047, de 28/04/2022)

Art. 5º A partir de 1º de abril de 2022, a remuneração bruta dos servidores ocupantes do cargo de Agente de Combate às Endemias, referência “E”, não poderá ser inferior a R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo compreende-se como remuneração bruta os vencimentos e todas as vantagens pecuniárias, permanentes ou não, a que o servidor fizer jus no mês.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

LEI COMPLEMENTAR N.º 1045

§ 2º Será paga parcela suplementar correspondente à diferença entre a respectiva remuneração bruta e o valor previsto no caput deste artigo.

§ 3º Para as demais jornadas de trabalho deverá ser observado o valor proporcional ao mencionado no caput deste artigo.

CAPÍTULO III

DO VALOR DA HORA-AULA DOS PROFESSORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 6º A tabela salarial dos cargos de Professor Adjunto e Titular de Educação Básica I – PAEB I e PEB I e Professor Adjunto e Titular de Educação Básica II – PAEB II e PEB II, adjunto e titular, do Magistério Público Municipal instituída pela Lei Complementar nº 841, de 1º de julho de 2016, é definida pelo valor da hora-aula por referência e grau de cada cargo, e o vencimento é pago de acordo com a jornada desempenhada pelo professor, nos termos do capítulo IX e do Anexo III da Lei Complementar nº 806, de 26 de agosto de 2015, ou a que vier a substituí-la.

Art. 7º A partir de 1º de fevereiro de 2022, o valor do abono-alimentação, de que trata a Lei Complementar nº 275, de 28 de março de 2000, e a Lei Complementar nº 983, de 13 de março de 2020, fica incorporado ao valor da hora-aula dos Professores, reajustado nos termos do artigo 3º desta Lei Complementar.

§ 1º Para fins da aplicação do disposto no caput deste artigo após o reajuste da hora-aula de que trata o artigo 3º desta Lei Complementar, o valor de R\$ 328,00 (trezentos e vinte e oito reais) será dividido pela jornada mensal máxima do Magistério de 200 horas-aula e acrescido igualmente ao valor da hora-aula de cada referência e grau.

§ 2º Após a incorporação de que trata o caput deste artigo não será mais devido aos Professores o abono-alimentação sob nenhuma hipótese.

Art. 8º A partir de 1º de fevereiro de 2022, o valor da hora-aula do PAEB I/PEB I será equiparado ao do PAEB II/PEB II no decorrer de 3 (três) anos a contar de 1º de fevereiro de 2022, após aplicado o reajuste e a incorporação do abono de que tratam os artigos 3º e 7º desta Lei Complementar, na seguinte conformidade:

I – em 1º de fevereiro de 2022: 40 (quarenta) por cento da diferença apurada entre o PAEB I/PEB I e o PAEB II/PEB II após o reajuste concedido e a incorporação do abono de que trata o artigo 7º desta Lei Complementar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

LEI COMPLEMENTAR N.º 1045

II – em 1º de fevereiro de 2023: 30 (trinta) por cento da diferença apurada entre o PAEB I/PEB I e o PAEB II/PEB II após o reajuste concedido e a incorporação do abono de que trata o artigo 7º desta Lei Complementar;

III – em 1º de fevereiro de 2024: 30 (trinta) por cento da diferença apurada entre o PAEB I/PEB I e o PAEB II/PEB II após o reajuste concedido e a incorporação do abono de que trata o artigo 7º desta Lei Complementar.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Anexo I – Quadro Geral de Cargos da Prefeitura – Quadro Permanente – Cargos de Provimento Efetivo – Nome, Referência e Quantidade da Lei Complementar n.º 268, de 28 de dezembro de 1999, com suas alterações, fica alterado para constar a quantidade de 120 (cento e vinte) cargos de Assistentes de Direção, ref. PIII, 100 (cem) cargos de Diretor de Escola, ref. PIV, 12 (doze) cargos de Contador, ref. K, 5 (cinco) cargos de Analistas de Recursos Humanos, ref. K, e 20 (vinte) cargos de Analista de Sistemas, ref. K, na coluna “Situação Nova”.

Art. 10. O Anexo IV – Plano de Cargos e Carreiras da Educação – da Lei Complementar n.º 268, de 28 de dezembro de 1999, com suas alterações, passa a vigorar com os acréscimos constantes do Anexo II que integra esta Lei Complementar.

Art. 11. A Lei Complementar n.º 806, de 26 de agosto de 2015, fica alterada na seguinte conformidade: “Art. 5º -

– Classe de Docente: Adjunto;

a) Professor Adjunto de Educação Básica I – PAEB I, da Educação Infantil até o 5.º ano do Ensino Fundamental;

b) Professor Adjunto de Educação Básica II – PAEB II:.....” (NR)
“Art. 8º - Os cargos da Classe de Docente Titular serão providos por promoção dos integrantes dos cargos da Classe de Docente Adjunto, respeitados os respectivos níveis I e II do ensino fundamental, mediante a classificação do concurso público de ingresso na classe inicial” (NR)

Art. 12. Fica substituído o Anexo I integrante da Lei Complementar n.º 806, de 26 de agosto de 2015, pelo Anexo I integrante desta Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

LEI COMPLEMENTAR N.º 1045

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria, *Cellula Mater* da Nacionalidade, em 01 de abril de 2022.

KAYO AMADO

Prefeito Municipal